

FH e volta a atacar "fracassomania"

■ Presidente afirma que venceu situação pior em 1993, quando assumiu a Fazenda no governo Itamar

FABIANO LANA

BRASÍLIA - O presidente Fernando Henrique Cardoso voltou a criticar ontem os "fracassômanos" que têm feito previsões pessimistas sobre o país desde o início da crise econômica provocada pela desvalorização do real. Em discurso, ontem, durante solenidade no Palácio do Planalto, o presidente previu um "aperto de cintos" em todos os setores da vida do país e afirmou que o governo federal vai executar o orçamento "estritamente", com todos os cortes feitos em decorrência do ajuste fiscal. Ao afirmar que vai manter a economia aberta, Fernando Henrique assegurou que a inflação não vai voltar apesar da "fracassomania".

O presidente afirmou que está animado para enfrentar os problemas econômicos. "Os brasileiros sabem que eu não sou dos que desanimam nem dos que se deixam vencer pelo que chamo de fracassomania ou pessimismo. Quando alguma coisa mais complicada ocorre os fracassômanos vibram. Imediatamente vêm o presidente triste, perturbado, desanimado. Doce ilusão", disse, referindo-se aos boatos de que estaria cansado e deprimido.

Descrença - Fernando Henrique citou o governador de Minas, Itamar Franco, com quem está rompido desde este anúncio a moratória do estado no início do ano. O presidente lembrou que em 1993, durante o governo Itamar Franco, o país estava em situação "precária" e a inflação foi domada, apesar dos descrentes. "Quando assumi o Ministério da Fazenda e era presidente o doutor Itamar Franco, assumi um país em uma situação muito precária. Trabalhei muito para que ele voltasse a ser um país promissor. Naquele momento a dificuldade era imensa e havia muita descrença de que pudéssemos vencer a inflação. Fomos reorganizando o país, ninguém acreditava", disse, em uma das poucas ocasiões em que citou, nominalmente, o governador de Minas depois do agravamento das relações entre os dois.

"Não tenho dúvidas. A execução do orçamento vai ser estrita. O governo vai apertar os cintos e cortar o que for necessário

para manter a economia flutuando, avançando, e para permitir que a população não pague o preço desse ajuste cruel", assegurou o presidente, na cerimônia de assinatura de contrato para a empresa espelho da Tele-Norte-Leste, na sala de audiências do Palácio do Planalto. Os cortes no orçamento, segundo o presidente, foram feitos com o objetivo de retomar o crescimento da economia em uma fase posterior. "Ao tomar decisões de corte saberei avaliar qual a consequência disso, que será benéfica para que mais rapidamente possamos ter essa economia funcionando a pleno vapor. As finanças públicas, que são responsáveis pela situação atual, irão pagar o preço mais elevado desse ajuste".

Argentina - Garantindo que o país continuará aberto ao comércio internacional, Fernando Henrique afirmou que não há motivos para o país estremecer suas relações com a Argentina, que ameaçou aumentar as tarifas de importação para produtos brasileiros. "Não vamos estremecer nossa confiança só porque há um ou outro desaguisado (turbulência) momentâneo, que não fruto da decisão propriamente do governo, mas de imposições súbitas do mercado", disse. "Um país como o Brasil, como acredita na competição, não vai fechar suas portas, vai continuar importando. Até para poder controlar a inflação. Um dos elementos fundamentais da controle da inflação no Brasil foi a comparabilidade de preços, e isto vai continuar a existir", concluiu.

O presidente também afirmou que a perda do valor de Real não vai provocar a volta da espiral inflacionária. "Os efeitos eventualmente perturbadores da diminuição do valor do Real não vão se constituir em uma cadeia que vai se reacender na inflação. Isto é o passado. Quando há uma mudança de um preço, claro que isso afeta outros preços, mas naquele momento. É só uma vez", disse.

Para Fernando Henrique, a hora é de aproveitar os benefícios da desvalorização, como o estímulo à exportação. "Há que se beneficiar dos efeitos que não são maléficos da desvalorização. A exportação há que ser prestigiada, não por ação específica de medidas protetoras", afirmou.